

Os desafios do ministro Marcílio

O combate à inflação deve ser gradual, com um plano voltado ao desenvolvimento

CARLOS A. NOGUEIRA DE PAULA

Conciliar os objetivos estabelecidos pelo presidente ao ministro Marcílio não nos parece uma tarefa fácil. Na oportunidade da posse, Collor estabeleceu quatro prioridades: continuar perseguindo a estabilização, promover a retomada do desenvolvimento, caminhar na direção da economia de livre mercado e dar o maior grau possível de abertura à economia.

No que pese o fato de a abertura da economia estar coerente com o livre mercado, as medidas necessárias à contenção da inflação são incompatíveis com a retomada do desenvolvimento.

Durante o seu primeiro ano de governo, o presidente priorizou a luta pela estabilização, tornando-a como condição básica para a retomada do desenvolvimento. Aprofundar esta luta seria correr o risco de provocar a ruptura de nosso tecido social.

Por estas razões entendo que o combate à inflação deverá ser efetuado de forma gradual e conciliado com um programa que conduza efetivamente o País na direção do desenvolvimento econômico.

Para obter as condições de um crescimento auto-sustentado faz-se necessário atingir as seguintes metas:

■ Promover um acordo da dívida externa de longo pra-

zo, exequível, de modo a devolver a credibilidade perdida junto ao mercado internacional. A importância de se recuperar a credibilidade é que nenhum programa de desenvolvimento pode prescindir da poupança externa.

■ Conseguir um ajuste fiscal de forma a devolver ao Estado a capacidade de investimento. Qualquer programa de desenvolvimento pressupõe o Estado arcando com os custos de infra-estrutura e a sociedade com os investimentos produtivos.

■ Fortalecer o mercado interno, recuperando o nível real dos salários e aumentando a massa salarial com reinvestimento à atividade dos milhões de brasileiros desempregados pelo Plano Collor 1.

■ Ajustar a taxa de juros de forma a estimular os investimentos produtivos e permitir, efetivamente, a implantação do programa de produtividade e qualidade.

Independentemente da habilidade política que o ministro possui, mais importante que conciliar objetivos tão antagônicos é, realmente, manter uma política estável, que devolva a confiança e a capacidade empresarial dos agentes econômicos.

Dessa forma, o sucesso do programa dependerá, entre outros, da sua condução, da certeza da sua execução e da habilidade da implantação

gradual do mesmo.

Assim sendo e considerando as metas a serem traçadas, podemos fazer as seguintes previsões de ação de política econômica que deverão ser adotadas pela atual equipe:

■ Política monetária: estabelecer uma taxa de juros que não estimule o consumo, mas, também, que não iniba o investimento. Utilizar a taxa de juros como contracíclica a todo movimento de preços por pressão da demanda (permanecer o tempo todo atento às reações de mercado). A política monetária será o instrumento principal na obtenção da estabilização.

■ Política fiscal: apresentar ao Congresso projeto de reforma tributária que estimule o recolhimento de impostos e acelerar sua aprovação, recuperando já em 1992 a capacidade de investimento do Estado. Acelerar o programa de privatização.

■ Política de rendas: manter o controle de preços sobre os setores monopolistas e oligopolistas de forma a adotar uma política gradual de redução da inflação, sem a necessidade de uma política monetária excessivamente austera.

Manter a política de livre negociação salarial. Indicar níveis de recomposição mínimos, principalmente para as categorias que possuem menor capacidade de pressão,

de modo a obter uma gradual elevação do nível de renda.

■ Política cambial: ajustar a defasagem cambial de forma gradual, a fim de não pressionar os níveis de inflação em demasia, mantendo, porém, os saldos positivos da balança comercial viabilizando as exportações durante a fase de reaquecimento.

■ Política industrial: manter, estimular e divulgar o programa de produtividade e qualidade. Conscientizar a classe empresarial da necessidade de estimular a competitividade. Induzir os empresários a investirem em capacitação tecnológica. Começar a mudar a mentalidade produtiva, fazer o Brasil entrar na era da excelência.

■ Política exterior: promover um acordo de longo prazo da dívida externa, exequível e, principalmente, cumpri-lo. Promover abertura gradual da economia.

Em síntese, estas são as nossas previsões e expectativas sobre as ações a serem conduzidas pela atual equipe, que com habilidade e conhecimento poderá devolver uma imagem de credibilidade e confiança ao governo.

Esperamos, sinceramente, que as lições do passado tenham sido aprendidas pelo presidente.

■ Carlos Alberto Nogueira de Paula é diretor da OPC-RJ/SP